

O PAPEL DO PODER PÚBLICO LOCAL NO REFORÇO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL. UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE DOURADOS-MS

Ednilson De Souza Ceobaniuc Araujo (ednilsonceobaniuc@hotmail.com)

Maria José Martinelli Silva Calixto (mariajosemartinelli@ufgd.edu.br)

Este trabalho vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos (FRAGURB)”. Toma como objeto de análise o papel do poder público local no processo de ampliação do perímetro urbano em Dourados-MS, buscando mapear a expansão e avaliar desdobramentos no reforço da diferenciação socioespacial. Vários são os agentes envolvidos no processo de produção da cidade. Porém, há um que se destaca por seu papel fundamental: o poder público local que, por meio de suas ações interfere na produção e, por decorrência na diferenciação socioespacial. Nesse processo, a legislação urbana tem papel de destaque. Buscando atender os objetivos da pesquisa, além de informações coletadas in loco, adotamos como procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre o tema; levantamento de dados e/ou informações na prefeitura municipal de Dourados; pesquisa de dados secundários: legislação municipal, Sistema Integrado de Seleção Habitacional-Sishab/MDR/Programa Minha Casa Minha Vida; levantamento da legislação sobre a expansão do perímetro urbano, desde 1948; etc. O levantamento da legislação e a cartografia foram as ferramentas metodológicas centrais adotadas na pesquisa. De posse dos dados, produzimos um mapa síntese, destacando a expansão do perímetro urbano nos últimos anos, o que nos permitiu observar as novas frentes de expansão e de “valorização” imobiliária. Destacamos que a interlocução entre a bibliografia e o levantamento de campo, estiveram presentes em todo o processo de pesquisa. Assim, obtivemos o embasamento fornecido, sobretudo, a partir das leituras (livros, teses, dissertações etc.) e discussões sobre a temática, estabelecendo articulação entre a teoria e o empírico. Com base nas leis de ampliação do perímetro, de 1948 a 2015, percebe-se que o poder público local tem, em momentos distintos, contribuído para conformar áreas socioespacialmente diferenciadas, reconfigurando a periferia. No mapeamento realizado, observa-se que o processo recente de expansão do perímetro possibilitou a ampliação de áreas voltadas aos segmentos de maior poder aquisitivo, nas porções norte e oeste. Já a borda sudeste, concentra os empreendimentos destinados à Faixa 1 do PMCMV. Essa lógica reforça uma cidade dividida em “setores” opostos (pobres, na porção sul e sudeste; ricos, na porção norte e noroeste), aprofundando o processo de segmentação socioespacial. Por intermédio da ampliação do perímetro, o poder

público local, possibilita novas frentes de expansão fundiária e imobiliária, reconfigurando o território urbano e ampliando as distancias socioespaciais. De acordo com Calixto (2021, p. 13): “Assegurados pelas ações do poder público, as novas formas de atuação dos capitais privados tornam-se mais expressivas e, como decorrência, vão revelando as disparidades no plano socioespacial...” Logo, o perímetro urbano é fundamental na compreensão das formas de produção do espaço urbano e suas dinâmicas. Sua configuração interfere diretamente nas relações socioespaciais visto que, a partir dele, a cidade se modifica e se redefine territorialmente.